

FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA-TEA

Daniela Miron¹, Kelly Brambilla Kolano Nicolau²

¹Pós Graduada em Educação Especial e Inclusiva e Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade Futura; E-mail: daniverde@hotmail.com.br. Endereço: R. Timbiras, 220 – São Cosme, Votuporanga – SP, 15504-030. ; ²Docente da Faculdade Futura, E-mail: kellykolanokaio@gmail.com. Endereço: R. 7 de Setembro, 1250 – Centro, Magda – SP, 15310-000.

RESUMO- O Autismo (Transtorno do Espectro Autista - TEA) é caracterizado por dificuldades significativas na comunicação e na interação social desde os primeiros anos de vida. Sua predominância ocorre em pessoas do sexo masculino, e pode apresentar os primeiros sintomas a partir dos primeiros meses de vida. Procurando retratar sobre os desafios encontrados na formação docente e no processo de ensino e aprendizagem desses alunos, e relacionados com a inclusão dos mesmos na rede regular de ensino, o presente artigo tem como objetivo analisar a importância da formação e da própria didática do docente no processo de desenvolvimento deste discente. A metodologia utilizada para a elaboração desse trabalho insere-se na modalidade quantitativa e qualitativa, onde o ponto de partida dessa temática é a destinação de questionários aos docentes da rede regular de ensino com questões abertas por meio de amostragem, na qual participam professores que lecionam ou lecionaram com alunos com TEA. Os resultados apontam uma grande dificuldade do docente proporcionar um ensino inclusivo de qualidade, decorrente do déficit existente na formação do mesmo. Desta forma, pretendemos analisar de que forma o docente promove um ensino inclusivo e de qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo. Formação. Inclusão. Práticas.

ABSTRACT: Autism (Autism Spectrum Disorder ASD) is characterized by significant difficulties in communication and social interaction since the first years of life. Its predominance occurs in males, and may present the first symptoms from the first months of life. Seeking to portray the challenges encountered in teacher education and in the teaching and learning process of these students, and related to their inclusion in the regular school system, this article aims to analyze the importance of teacher education and teaching in the development process of this student. The methodology used for the elaboration of this work is part of the quantitative and qualitative modality, where the starting point of this theme is the destination of questionnaires to teachers of the regular school network with open questions through sampling, in which teachers who teach or taught with students with ASD participate. The results indicate a great difficulty for teachers to provide quality inclusive education, due to the deficit in their education. In this way, we intend to analyze how teachers promote inclusive and quality education.

KEYWORDS: Autism. Training. Inclusion. Practices.

1 INTRODUÇÃO

O Autismo também chamado de Transtorno do Espectro Autista, é um Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) que tem influência genética. Sua principal característica é a dificuldade significativa na comunicação e na interação social, além de alterações de comportamento.

Um dos maiores desafios a serem superados na atualidade é promover a socialização, a integração do aluno com necessidades especiais e que este esteja associado a um objetivo comum, o de desenvolver e proporcionar um ensino de qualidade.

Crianças portadoras do Transtorno do Espectro Autista conseguem se adaptar ao mundo

social e comunicativo, desenvolvendo a sociabilidade e a independência por meio da interação com o ambiente em que vive. Toda essa evolução só é possível através de uma prática significativa, que proporcione reais condições para o seu desenvolvimento, onde o professor seja capaz de identificar as especificidades desse aluno, como se deve trabalhar com ele, a fim de promover sua totalidade no desenvolvimento social e cognitivo.

Mas isso de fato, só se faz possível através de um profissional preparado, com uma boa formação para trabalhar com esse aluno autista, afim de promover um ensino de qualidade. Sampaio elucida que,

Os professores precisam ter conhecimentos básicos, para saber como incluir esse aluno em sala de aula, como adaptar os materiais pedagógicos, os conteúdos dos livros didáticos e ter orientações corretas para direcionar o seu trabalho docente em sala de aula. (SAMPAIO, 2018)

O ponto inicial dessas estratégias pedagógicas são as adaptações curriculares, mas essas adaptações só terão de fato um resultado satisfatório a partir do momento em que o docente passa a conhecer seu aluno, e trabalhar de forma reflexiva sobre sua prática, tanto antes como durante e após as atividades serem executadas, sendo assim criando possibilidades e condições para uma educação inclusiva e de qualidade.

O interesse e a motivação para estudar como ocorre à formação docente para trabalhar com alunos autistas, vieram da experiência vivenciada como estagiária na rede regular no ensino fundamental I, onde se observou a dificuldade de ensinar o aluno autista tanto do professor ministrador da sala, quanto da estagiária responsável em auxiliá-lo, indicando assim o problema central desta pesquisa sobre a prática docente, da seguinte forma: Como promover um ensino que não seja excludente? O que impossibilita a utilização de metodologias que possam vir de encontro a desenvolver esse aluno tanto intelectual quanto social? Como se dá a formação continuada desses professores?

O presente artigo é fruto de uma proposta avaliativa de conclusão do curso de pedagogia do Instituto de Ciência Educação e Tecnologia de Votuporanga – ICETEC (Faculdade Futura), tem como finalidade ressaltar a importância da formação continuada, da metodologia utilizado pelo professor no ensino do aluno autista e analisar estratégias que conduzam ao desenvolvimento de suas potencialidades.

O trabalho foi elaborado na perspectiva de compreender e analisar se realmente o docente possui uma formação tanto inicial quanto continuada que atenda as especificidades desse aluno na rede regular de ensino. Diante disso se limita a uma abordagem qualitativa, sendo assim, para a coleta de dados utilizamos uma entrevista, semiestruturada para professores da rede municipal de ensino da cidade de Votuporanga-SP, que possuem em sua sala de aula alunos com TEA.

Se limita na análise e verificação da formação tanto inicial quanto continuada desse docente que leciona com alunos autistas, da cidade de Votuporanga-SP, na Instituição de ensino XX, e como esses podem contribuir para o desenvolvimento do mesmo, tanto social quanto cognitivo. A partir dessa análise podemos identificar que de acordo com a metodologia desenvolvida, algumas estratégias pedagógicas podem favorecer e outras podem minimizar a participação e o desenvolvimento cognitivo desse aluno.

Ciente da real responsabilidade deste artigo, procurando encontrar respostas de como trabalhar com alunos com TEA e ter um ensino que seja realmente inclusivo, esta pesquisa tem como objetivos analisar a importância da formação do professor frente à criança com TEA e investigar o uso de estratégias educativas adaptadas como meio facilitador da aprendizagem da criança com TEA.

Espera-se que este material sirva para reflexão de docentes e futuros docentes, a fim de promover uma análise crítica sobre sua prática, e conseqüentemente sua formação e se

realmente estão proporcionando um ensino de qualidade, inclusive que leve em conta as especificidades de seus alunos e possibilitando o desenvolvimento real dessa criança.

2 DESENVOLVIMENTO

ORIGEM

Segundo o dicionário Aurélio, o termo autismo é um substantivo masculino que possui como significado “transtorno global do desenvolvimento, caracterizado por alterações no desenvolvimento neurológico, pela dificuldade de socialização, de comunicação verbal e/ou do uso da linguagem”. A palavra Autismo é de origem alemã *Autismus*. Eugen Bleuler psiquiatra alemão foi o primeiro a utilizar o termo autismo, o mesmo ressalta “dá ao termo autismo o conceito de afastamento da realidade com predominância de vida interior”. (SCHWARTZMAN, Júnior, p.3, São Paulo 1995).

Na década de 40 surge o primeiro caso de autismo diagnosticado pelos psiquiatras Austríacos Leo Kanner e Hans Asperger, onde fizeram um estudo de observação com grupos distintos de crianças e puderam identificar alguns sintomas diferentes e movimentos estereotipados.

Em 1938 na pequena cidade de Forest, no Mississippi, o advogado Beamon Triplett descreve o filho Donald de apenas 4 anos ao psiquiatra Kanner em uma carta de 33 páginas, sobre o sofrimento dele e de sua mulher Mary com o filho que não correspondia a um olhar, a um carinho, ou tão pouco um sorriso da família que havia-o colocado no mundo. Cinco anos após o primeiro contato da família com o psiquiatra, após acompanhar e observar outras dez crianças com comportamento parecido com o do Donald, Leo Kanner diagnosticou o filho da família Triplett com “distúrbio autista de contato afetivo”, sendo assim o primeiro caso do transtorno.

Kanner em 1943 descreve o autismo como “*Distúrbios Autísticos do Contacto Afetivo*”,

Um quadro que ele caracterizou por “autismo extremo, obsessividade, estereotípias e ecolalia”, relacionando-o com fenômenos da linha esquizofrênica. Essas crianças, em sua descrição, apresentavam um alheamento extremo já ao início de suas vidas, não respondendo aos estímulos externos e vivendo “fora do mundo”. (SCHWARTZMAN, Júnior, p.3, São Paulo 1995)

O TEA é caracterizado por dificuldades na comunicação, em alguns casos mais severos até mesmo a incapacidade de comunicar-se. Outra característica decorrente da síndrome é o isolamento social, portadores do autismo possuem grande dificuldade em responder a estímulos relacionados ao convívio em sociedade, tendem a ficar isolados, devido a sua grande dificuldade em demonstrar sentimentos. A insistência em movimentos repetitivos e estereotipados também é outra característica da síndrome,

...pessoas com autismo seguem rotinas, por vezes de forma extremamente rígida, ficando muito perturbadas quando qualquer acontecimento impede ou modifica essas rotinas, sendo frequente o balançar do corpo, os gestos e os sons repetitivos em situações de maior ansiedade. (COELHO, Santo, p.6, 2006)

A síndrome ocorre mais no sexo masculino do que no feminino, os primeiros sintomas aparecem nos primeiros anos de vida, decorrentes do atraso na motricidade e na fala, contudo seu diagnóstico exige um rigoroso exame físico, psicopedagógico e neurológico.

INCLUSÃO ASPECTOS LEGAIS

Promover um ensino com equidade, capaz de atender as especificidades de alunos autista presentes na sala de aula, onde a clientela é cada vez mais heterogênea, sem dúvida é uma das maiores dificuldades encontradas pelos docentes. Porém essas dificuldades não podem estar atreladas a exclusão deste discente, uma educação inclusiva e de qualidade é um direito de todos, independentemente das suas condições físicas, neurológicas e psicológicas.

A Constituição Federativa do Brasil de 1988 deixa claro no seu artigo 208 que a Educação Básica é obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, assegura que é dever do Estado incumbir-se de “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Observamos que os artigos 205 e 206 da Constituição Federal (1988), asseguram respectivamente sobre “a Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” e “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”.

Diante disso o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, em seu artigo 54 afirma que é de incumbência do Estado assegurar à criança e ao adolescente “III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;”

Nessa mesma vertente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegura em seu artigo 58 “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. Além de deixar claro no inciso 1º “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”.

Nessa mesma lei o artigo 59 (LDB 9.394/96) afirma que as redes regulares de ensino devem garantir aos seus alunos com transtornos globais do desenvolvimento, deficiência, altas habilidades ou superdotação a fim de promover um ensino inclusivo como consta:

“I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;”

“II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;”

“III - Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;”

“IV - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;”

“V - Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.”

Assim sendo, é importante salientar que um ensino onde todas essas especificidades estejam presentes, só se torna possível através de um trabalho conjunto entre Estado, escola e família.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017, p.18) “...requer o compromisso com os alunos com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular...”

No mesmo documento (BNCC 2017, p.17) prevê ainda “criar e disponibilizar materiais

de orientação para os professores, bem como manter processos permanentes de formação docente que possibilitem contínuo aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem”

O Plano Nacional da Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014 vem de encontro na mesma perspectiva de promover um ensino inclusivo e de qualidade, dentre suas metas a serem cumpridas no prazo de 10 anos, tem como a meta 4 “universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.”

No mesmo âmbito o ensino inclusivo ganhou um respaldo valoroso com a implantação da Lei nº 12.764/2012, denominada como Lei Berenice Piana, onde destaca os Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a qual estipula em seu artigo 2º, inciso VII afim de assegurar um ensino de qualidade “o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis”, além de ratificar em seu artigo 7º multa e punição em caso de não aceitação na rede regular de ensino de aluno com TEA “o gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos.

Sendo assim, o que se pode verificar em relação ao ensino inclusivo de alunos com TEA e que o mesmo seja de qualidade, podemos constatar que ainda apresenta uma barreira que necessita ser transponível, onde as leis referidas a cima possam ser de fato colocadas em prática, podendo assim vir de encontro a uma verdadeira inclusão desse alunado.

MÉTODOS DE ENSINO: UM NOVO OLHAR

Ensinar não é e nunca foi um trabalho fácil, adverso do que muitos acreditam, ensinar coincide em “uma série de habilidades e competências para que o educador consiga diferenciar e articular fatores sociais, individuais, internos e externos, que influenciam o tempo todo no ensino” (DOS SANTOS; et al, 2013). Para Libâneo (p.21, 2013) o ato de educar se refere como,

...um conceito amplo que se refere ao processo de desenvolvimento unilateral da personalidade, envolvendo a formação de qualidades humanas...A educação corresponde, pois, a toda modalidade de influências e inter-relações que convergem para a formação...

Desta forma, proporcionar um ensino para um alunado dentro dos “padrões” já é um trabalho árduo, que demanda do docente uma contínua formação e capacitação, mas o que dizer do ensino-aprendizagem de um aluno com TEA?

Para que este processo venha de encontro a uma inclusão real desse alunado, e que deixe de ser apenas uma integração como elucida Ferreira, Martins (2007)

...se refere especificamente à inserção (matrícula) de pessoas com deficiência nas escolas regulares, mas não assegura necessariamente sua participação nas atividades e na vida escolar, nem sua aprendizagem em condições de igualdade.

O professor deve estar apto e realmente compreender a relação entre inclusão/exclusão, no que difere ambas situações, para que não acabe por ventura realizar o processo errôneo, deve incluir esse aluno para que aprenda de fato ele tenha um avanço significativo no processo de aprendizagem.

Sendo assim proporcionar um ensino de qualidade e que o mesmo seja inclusivo, sem dúvida exige não só do docente, mas de toda a comunidade escolar seu comprometimento com a educação.

Sabendo-se que a síndrome afeta a interação, a comunicação e conseqüentemente a aprendizagem desse aluno, o docente deve desenvolver práticas pedagógicas que respeitem essas limitações. Proporcionar metodologias que venham a facilitar essa aprendizagem, a fim de promover o avanço e a superação deste discente por meio de uma prática significativa, e que a mesma venha de encontro as especificidades desse aluno.

Está prática significativa só é possível através do conhecimento didático do professor, de uma formação continuada, voltada para superar os desafios que a educação inclusiva nos apresenta. Diante disso, Zabala (p.34, 1998) elucida que,

...as aprendizagens dependem das características singulares de cada um dos aprendizes... a forma como se aprende e o ritmo da aprendizagem variam segundo as capacidades, motivações e interesses de cada um dos meninos e meninas; enfim a maneira e a forma como se produzem as aprendizagens são o resultado de processos que sempre são singulares e pessoais.

Sendo assim o docente deve ter a consciência da heterogeneidade presente no âmbito escolar, ter a consciência que seu alunado aprende de formas distintas, respeitando acima de tudo o avanço de cada um dentre suas particularidades.

Qualquer professor, educador, técnico ou encarregado de educação necessitará de bastante paciência para trabalhar com uma criança autista, devendo aceitar e reconhecer as suas “limitações” e respeitar a “lentidão” dos seus progressos, por isso dever-se-á trabalhar com a criança autista por etapas. (COELHO; SANTO, p.30, 2006)

Uma das alternativas para que o docente desenvolva uma metodologia eficaz, seria primeiramente a redução do número de alunos na sala de aula, sendo assim, possibilita ao educando com TEA uma melhor assistência/atenção do docente.

...o professor pode fazer uso de métodos visuais devido ao fato de algumas crianças com TEA terem uma maior dificuldade com relação à abstração, mas muitas quando estimuladas de uma forma correta conseguem realizar suas lições, o docente precisa estar atento à questão da estimulação auditiva, e entender que em algumas atividades as crianças podem não saber o que fazer ou como continuá-las, cabe o docente lembrá-las como é a atividade e participar ativamente com os mesmos porque o exemplo, é uma das melhores formas de aprendizagem. (SILVA; SANTOS, 2016)

Outra alternativa seria utilizar materiais de agrado para a criança, para assim o professor estabelecer um vínculo de confiança com esse aluno. O docente deve ter a percepção de que atividades muito extensas o aluno perde o foco, e na maioria das vezes se recusa a realizar, devido a sua dificuldade em concentrar-se.

O mesmo deve evitar falar muito alto para a explicação de alguma atividade, outra alternativa para que essa criança autista consiga entender o que é para ser realizado é utilizar gestos, imagens para apoiar o que é falado e permitir a sua compreensão, uma vez que os autistas são mais visuais do que verbais.

É de suma importância que se estabeleça rotinas na sala de aula, onde a criança possa prever o que será realizado no dia, reforçando esse vínculo de confiança com o ambiente educacional. Como possibilidade de socialização e interação com os demais alunos, o professor deve estimular a participação em tarefas de arrumar a sala, ajudar a entregar materiais às outras

crianças.

A escolha correta das estratégias educativas adaptadas é de suma importância para o sucesso na aprendizagem, porque quando nos referimos a crianças com TEA, podemos compreender que as mesmas possuem peculiaridades e respostas diferenciadas frente às atividades em sala de aula, mas como salienta Ferreira, Martins (2007) “...é fundamental que o docente compreenda a relação exclusão/inclusão...entender o conceito ajuda o professor a promover mudanças conscientes em sua prática”. O professor deve escolher atividades que estejam fragmentadas, e que trabalhem processos periódicos fazendo com que o aluno se habitue às etapas e consigam concluir com satisfação o que lhe for proposto.

Mas para que realmente, de fato, essas metodologias ocorram de maneira satisfatória, o professor deve destacar como um dos pontos não menos importante a sua formação como profissional da educação,

É fundamental trabalhar com os profissionais da educação, de maneira que eles sejam capazes de compreender as próprias práticas e de refletir sobre as mesmas, sendo assim a qualificação do professor está diretamente ligada à qualificação do atendimento aos alunos com necessidades educacionais específicas. (MELLO; et al, p.590, 2017)

Diante desta realidade de formação de professores, nos deparamos com outra vertente, onde a formação inicial deixa de estabelecer a conexão entre teoria e prática, o profissional possui uma formação que difere totalmente da realidade apresentada nas instituições de ensino da rede regular.

De acordo com Imbernón (2011) “a aquisição de conhecimento por parte do professor está muito ligada à prática profissional”. Sendo assim é de extrema relevância desenvolver uma formação na instituição educativa, onde esta formação venha de encontro com a realidade pertinente da instituição em que se encontra o docente. Imbernón (2011) salienta que

É preciso, pois, derrubar o predomínio do ensino simbólico e promover um ensino mais direto, introduzindo na formação inicial uma metodologia que seja presidida pela pesquisa-ação como importante processo de aprendizagem da reflexão educativa, e que vincule constantemente teoria e prática.

A investigação acerca de necessidades de formação de professores para a inclusão evidencia a pertinência de se desenvolverem processos de formação individualizados que tenham por base a análise e problematização da intervenção profissional do professor (Madureira & Leite, 2007). Só deste modo será possível contribuir para o efetivo Desenvolvimento Profissional e ultrapassar aquilo que Nóvoa (2007) denomina de “consenso discursivo” que esconde uma grande pobreza de práticas. “É preciso passar a formação de professores para dentro da profissão” (Nóvoa, 2007, p.24) ou seja, partindo da realidade deste docente, as dificuldades encontradas perante o que o mesmo vivência nas instituições. Fazendo com que a formação passe para dentro da escola, é importante que seja organizada em função do que se passa dentro da escola.

A Formação de Professores deverá ter como finalidade última a preparação e desenvolvimento de profissionais capazes de participar em processos que conduzam à construção de uma escola que educa e ensina a todos, respeitando e valorizando as diferenças individuais e procurando que cada aluno atinja o nível mais elevado possível em termos de desenvolvimento e aprendizagem. (Madureira & Leite, 2007, p.13)

Desta forma para que de fato esses profissionais estejam preparados para a realidade presente nas instituições de ensino, a formação profissional deve ser algo dinâmico e não estagnado, que ocorre de forma contínua durante toda a carreira profissional.

Relacionando a Formação de Professores com a inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Escolas de Ensino Regular, verifica-se que a efetivação da Educação Inclusiva tem encontrado algumas barreiras relacionadas com a falta de formação adequada dos professores para atender à diversidade de Necessidades Educativas apresentadas pelos alunos (Allan & Slee, 2008; César, 2007).

Uma resposta adequada a nível educativo depende, em grande parte, da compreensão que os professores têm relativamente a esta problemática. A investigação desenvolvida a este nível mostra que muitos professores não têm conhecimento suficiente para apoiar eficazmente a aprendizagem e a participação de alunos com TEA (Batten & Daly, 2006; HMIE, 2006; Humphrey & Lewis, 2008).

Nas salas de aula, os professores são chamados a responder às necessidades dos alunos com TEA não como um problema da criança, mas como um desafio para o próprio professor e têm de procurar desenvolver-se profissionalmente para encontrar novas formas de apoiar a aprendizagem destes alunos (Florian & Preto, Howkins, 2011).

Diante deste contexto é imprescindível que a formação de professores seja algo permanente, que faça com que o docente seja capaz de desenvolver habilidades básicas relacionadas a estratégias pedagógicas, que o mesmo seja capaz de compreender e se adaptar à diversidade presente em sala de aula.

3 METODOLOGIA

A abordagem escolhida para a investigação foi realizada por meio de um enfoque qualitativo pois, para Godoy (1995) “está promove um estudo detalhado e interpretativo dos dados sob uma perspectiva descritiva, sistemática e complexa dos seus significados”. Participaram desse estudo duas professoras que lecionam na escola referida no começo deste artigo da rede municipal de ensino de Votuporanga- SP, e os dados para composição dessa pesquisa foram coletados através de entrevistas semiestruturadas, com questões abertas por meio de amostragem. A entrevista segundo Lakatos e Marconi (2010) trata-se de uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária.

A técnica de Bardin (1977, p.42) foi usada para as transcrições dessas entrevistas, no qual se refere a análise da comunicação, visando obter por procedimento sistemático e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

Quanto as professoras participantes serão denominadas de P1, P2, P3, P4, P5 e P6. Os dados obtidos foram analisados minuciosamente.

4 RESULTADOS

Conforme o questionário apresentado e respondido pelos docentes da rede municipal de ensino, professores estes que lecionam com alunos com TEA, nota-se pela pesquisa qualitativa realizada, que os docentes não estão totalmente preparados para lidarem com esse tipo de alunado.

É notório que há uma deficiência muito grande na própria formação desse profissional, o qual encontra dificuldades e barreiras intransponíveis dentro de sua própria formação docente. Sendo assim, o mesmo sente-se despreparado para proporcionar um ensino de qualidade com bons resultados.

Diante disso nota-se com a pesquisa qualitativa que há uma formação deficitária dos professores, onde os mesmos encontram dificuldades de desenvolver estratégias e metodologias, decorrente de uma má formação que difere da sua realidade como profissionais

atuantes.

5 DISCUSSÕES

Nos resultados apresentados pela pesquisa qualitativa, inserido por meio de amostragem os docentes P1, P2, P3, P4, P5 e P6 relatam que não passam por nenhuma formação específica para trabalhar com um aluno TEA, e que dentre essa realidade apresentada na instituição de ensino acabam por se sentirem inseguros para lecionarem com esse aluno. No que se refere a formação específica para trabalhar com esse alunado, relatam P1, P2, P3, P4, P5 e P6

Dentre as especificidades apresentadas pelo aluno, você como docente atuante na rede regular de ensino, passou por alguma formação específica para trabalhar com esse aluno autista?

P1. “Não passei por nenhuma formação específica, o tema foi abordado sim em algumas aulas da licenciatura, porém de forma bem sucinta que com certeza não me preparou para trabalhar com esse aluno na prática”.

P2. “Não. Nenhum professor da rede regular de ensino passa por alguma formação específica para trabalhar com aluno autista. A não ser que por conta própria o professor procure um curso para auxiliá-lo”.

P3. “Não”.

P4. “Não houve formação específica, foi um aprendizado no dia a dia, observando e montando estratégias para ajuda-lo”.

P5. “Não houve formação específica para os professores. O aluno é acompanhado por uma cuidadora, e quando há dúvidas por parte do professor, esta procura auxílio junto aos profissionais do AEE.

P6. “As formações acontecem, mas de modo amplo. Uma criança é sempre única, tendo alguma dificuldade ou não. Sendo assim seria necessária uma formação específica a cada criança de inclusão”.

Dessa forma compreendem claramente o fato de que os discentes, independentemente de sua deficiência, necessitam de um olhar mais atencioso e compreensível, e que os mesmos, são realmente capazes de se desenvolverem gradualmente, porém infelizmente muitas vezes estão impossibilitados de proporcionar essas reais condições de desenvolvimento desse discente por não estarem aptos a desenvolver um trabalho inclusivo. No processo de aprendizagem do aluno com TEA, quando foram questionados sobre a adaptação curricular, obtivemos as seguintes respostas de P1, P2, P3, P4, P5 e P6

Em sua metodologia de ensino, você realiza adaptação curricular?

P1. “Só adapto a atividade caso seja muito necessário, se eu percebo mesmo que o aluno não irá acompanhar. Mas a adaptação será feita por exemplo usando material de apoio, ou fazendo a atividade com letra maior, em espaçamento maior, coisas do tipo”.

P2. “Às vezes, a aluna em questão tem facilidade em raciocínio lógico, mas dificuldade em interpretação. A adaptação é geralmente sobre o que é exigido. Ex: resumir e opinar sobre algo,

peço somente que ela realize o resumo e com ajuda”.

P3. “Somente quando possível”.

P4. “Sim”.

P5. “Muito pouco, mais relacionada à quantidade”.

P6. “Quando necessário, primeiro é dado a autonomia, caso não consiga fazer procurso materiais diversos para seu aprendizado”.

Podemos analisar que os docentes em questão, possuem uma visão errônea sobre como realmente essa adaptação deve acontecer, ressaltando mais uma vez a falta de uma formação necessária as especificidades desse aluno com TEA.

Em relação a avaliação sobre o aproveitamento escolar desse aluno, tem-se caracterizado como um processo complexo devido às especificidades de suas necessidades e de seu desenvolvimento, muitas vezes bastante diferenciado. As características específicas de alguns quadros dificultam a avaliação pedagógica e o estabelecimento das adequações ou adaptações necessárias para garantir a escolaridade desse aluno.

Dessa maneira, quando falamos sobre a concepção de avaliação, obtivemos o seguinte,

Qual método você utiliza para avalia-lo?

P1. “Avaliações adaptadas com letras em tamanhos maiores”.

P2. “Observação diária e avaliações da sala, sendo que a auxiliar realiza a leitura e faz discussões antes da aluna responder”.

P3. “Observações contínuas ao seu progresso, avaliação igual a de todos os colegas, caso não há entendimento procurso outros recursos para uma outra avaliação”.

P4. “Durante os bimestres são utilizadas várias estratégias, a fim de ampliar a capacidade de resposta do aluno ao que foi abordado no bimestre”.

P5. “No caso da experiência que vivi, meu aluno era capaz de realizar as avaliações como os outros alunos, porém feita de forma individual”.

P6. “Observação diária e contínua durante a realização das atividades, leitura, e avaliação formal”.

Constatamos, mais uma vez que, o docente infelizmente acaba por utilizar procedimentos que não condiz realmente ao que se espera de um método avaliativo para um aluno com TEA, onde essa avaliação deveria ser constante, evidenciando cada avanço desse alunado dentro da sua perspectiva.

Ao questionarmos ambos os docentes se realmente o processo de inclusão acontece na rede regular, P1, P2, P3, P4, P5 e P6

Promover um ensino inclusivo e de qualidade, e que o mesmo seja capaz de desenvolver esse educando, sem dúvida é um trabalho arduo. Dentre a realidade vivenciada na rede regular de ensino, você acredita que essa inclusão realmente acontece?

P1. “Na minha opinião ela está muito longe de acontecer como deveria, pois, os professores só

vão se preparar para lidar com aluno de inclusão quando ele é matriculado em sua sala, detalhe, se prepara por conta própria, pois não há por parte da secretaria da educação uma preparação, uma formação desse profissional para lidar com as necessidades advindas dos mais variados tipos de inclusão”.

P2. “Ainda a rede não está preparada para receber estes alunos, mesmo tentando ajudar na sua evolução”.

P3. “Diante do que vivenciamos, acredito que o processo de inclusão está muito longe do que realmente é a inclusão. A inclusão passa por várias instancias, antes de um prédio adaptado, de uma matrícula realizada”.

P4. “O professor com certeza faz de tudo para acontecer essa inclusão tentando trabalhar com o autista junto com os demais alunos sem ressaltar suas diferenças. Porém não é nada fácil, pois muitos autistas apresentam um comportamento mais agressivo, e mesmo com um estagiário na sala (que muitas vezes nem está cursando pedagogia) fica difícil para o professor conseguir essa inclusão, ainda mais com uma sala de aula lotada”.

P5. “Não, há ainda um grande caminho a ser percorrido até que essas crianças estejam realmente inclusas. Me sinto impotente”.

P6. “Acredito que sim, os professores se esforçam e se empenham ao máximo para que aconteça dessa forma, fazendo adaptações necessárias com os materiais e métodos que dispõem”.

Ao analisarmos as respostas dos docentes em questão, verificamos que a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva pode ser caracterizada como uma grande utopia, onde a teoria infelizmente difere da prática, desde a formação inicial à continuada o docente encontra-se despreparado para a realidade presente em sala de aula, onde proporcionar um ensino inclusivo se torna um desafio constante.

Sendo assim, quando a formação é centrada na escola como elucida Imbernón (2011) “entende-se que a instituição educacional se transforma em lugar de formação prioritária diante de outras ações formativas” ou seja, um novo enfoque onde a realidade pertinente vivenciada pelos docentes passam a servir de subsídios para sua formação permanente.

6 CONCLUSÃO

Diante de todas as questões que foram expostas, estudadas e analisadas no decorrer desse trabalho, torna-se nítida a compreensão de que a formação dos professores é um fator de extrema importância, no que diz respeito ao desenvolvimento do ensino-aprendizagem de alunos com TEA, devido ao fato do professor ter devidamente a capacitação necessária, este terá uma maior facilidade de adaptar suas práticas educativas objetivando a melhoria do ensino dos seus alunos com TEA.

É imprescindível que o docente tenha de fato uma formação precisa, na qual, deva estar preparado para enfrentar as adversidades presentes no contexto escolar e possa assim, oportunizar um ensino onde a equidade de fato ocorra.

Sendo assim, se faz necessário uma mudança tanto na concepção de formação, quanto no aspecto inclusivo, onde professores, escola e comunidade tenham a consciência de que não é o aluno com TEA que se adapta a instituição, e sim todos os envolvidos devem se adaptar para incluí-lo.

Assim, os resultados mostram que a formação de professores se encontram deficitária

para trabalhar com esse alunado, o professor deve ser flexível em sua prática e estar consciente de que cada criança com TEA aprende em seu tempo e que todas têm capacidade de obter sucesso no processo de ensino-aprendizagem.

Diante de tudo o que foi elucidado no decorrer do artigo, concluímos desta forma que se faz necessário repensar desde a formação inicial do docente à sua formação continuada, a fim de realmente o docente estar preparado para os desafios presentes no âmbito escolar, e consequentemente promover um ensino de qualidade e inclusivo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1977. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4295794/mod_resource/content/1/BARDIN%2C%20L.%20%281977%29.%20An%C3%A1lise%20de%20conte%C3%BAdo.%20Lisboa%20e%20di%C3%A7%C3%B5es%2070%2C%20225..pdf> Acesso em 20 Out. 2019

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular – BNCC** Versão final. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 05 de dezembro de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 17 Ago. 2019.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 17 Ago. 2019.

BRASIL. **Lei de diretrizes e base da educação**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 17 Ago. 2019.

BRASIL. **lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm> Acesso em: 17 Ago. 2019.

BRASIL. **Plano nacional da educação**. Lei nº 13.005/2014. Disponível em: < <http://www.observatoriodopne.org.br/>> Acesso em: 17 Ago. 2019.

COELHO, Madalena; ESPÍRITO SANTO, A. **Necessidades educativas especiais de carácter permanente/prolongado no contexto da escola inclusiva**. Castro Verde-Portugal: CENFOCAL (Centro de Formação Contínua de Professores de Ourique), 2006.

FERREIRA, Windyz B. ; MARTINS, Regina Coeli B. **De docente para docente: práticas de ensino e diversidade para a educação básica**. São Paulo: Summus, 2007.

FRUCHI, P. A. O. **Quais atividades pedagógicas uma criança autista pode realizar?** Disponível em: < <http://www.projetoamplitude.org/com-a-palavra-amplitude/quaisatividades-pedagogicas-uma-crianca-autista-pode-realizar/>>. Acesso em 08 Ago. 2019.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de

Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr., 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>> Acesso em: 03 Nov. 2019.

GOMES, M. A.; BALBINO, E.S.; SILVA, M. K. **Inclusão escolar:** um estudo sobre a aprendizagem da criança com autismo. In: VII Colóquio internacional “educação e contemporaneidade”, 4. 2014, São Cristóvão. Anais eletrônicos...São Cristóvão: UFS, 2014. Disponível em: <http://anais.educonse.com.br/2014/inclusao_escolar_um_estudo_sobre_a_aprendizagem_da_crianca_com_au.pdf> Acesso em: 04 Nov. 2019.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional:** formar-se para a mudança e a incerteza. 9.ed. Cortez, São Paulo, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos da metodologia científica.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIBÂNEO, J. C. **Didática.** 2.ed. Cortez, São Paulo, 2013.

MELO, J. **Acessibilidade e autismo:** materiais pedagógicos. Disponível em: <<http://www.autismonoamazonas.com/2010/06/ acessibilidade-e-autismo-materiais.html>> Acesso em: 01 Nov. 2019.

MELLO, Anna Paolla de, et al. **O professor e a inclusão do educando autista na escola comum do ensino regular:** os desafios na prática pedagógica. Memorial TCC Caderno da Graduação, v. 3, n. 1, p. 584-597, 2017.

SAMPAIO, Ligia Maria Tavares. **Formação do professor na educação inclusiva e TEA.** Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV117_MD1_SA10_ID90_15092018132151.pdf> Acesso em: 21 Out. 2019.

SANTOS, Adriano dos, et al. **Metodologias de ensino para crianças autistas:** superando limitações em busca da inclusão. Realize, Bahia, 2013.

SCHWARTZMAN, J. S. ;JÚNIOR, F.B.A. **Autismo infantil.** São Paulo: Memnon, 1995.

SILVA, Mirelly Karlla da; BALBINO, Elizete Santos. **A importância da formação do professor frente ao transtorno do espectro autista-tea:** estratégias educativas adaptadas. Encontro Alagoano de Educação Inclusiva, v. 1, n. 1, 2016.

SOARES, N. **Recebi um aluno autista na minha sala de aula:** o que fazer? Disponível em: <<http://www.projetoamplitude.org/com-a-palavra-amplitude/recebi-umaluno-autista-na-minha-sala-de-aula-o-que-fazer/>>. Acesso em: 03 Nov. 2019.

ZABALA, A. **A prática educativa:** como ensinar. Artmed, Porto Alegre, 1998.